



ESTUDO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO (IN SEGES/MPDG 05/2017)

1. OBJETO

Contratação de Pessoa Jurídica para Construção de uma Quadra de Areia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – *Campus* Boa Vista Zona Oeste.

2. NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;
- Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013;
- Decreto nº 5.452 (CLT), de 1º de maio de 1943;
- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Decreto n. 5.296 de 02 de dezembro de 2004;
- ABNT NBR 9050:2015 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- ABNT NBR 15575-6/2013 – “Edificações habitacionais — Desempenho – Requisitos para os sistemas hidrossanitários”;
- ABNT NBR 6122/2010 – “Projeto e execução de fundações”;
- ABNT NBR 6118/2014 – “Projeto de estruturas de concreto – Procedimento”;
- ABNT NBR 8800/2008 – “Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios”;
- ABNT NBR 14762/2010 – “Dimensionamento de estruturas de aço constituídas por perfis formados a frio”;
- Demais Normas ABNT aplicável ao caso.

3. ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES ANTERIORES

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – *Campus* Boa Vista Zona Oeste foi implantado no dia 05 de outubro de 2013, no entanto, a Unidade de Ensino segue no processo de instalação no Bairro Laura Moreira, consequentemente, não houve nenhuma contratação



de pessoa jurídica para construção de uma Quadra de Areia anteriormente.

4. CLASSIFICAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR AOS TERMOS DA LEI Nº 12.527/2011

Considerando que as informações contidas neste documento não colocam em risco a segurança da sociedade ou do Estado, haja vista não se enquadrar em nenhuma alínea prevista no art. 23 da Lei nº 12.527/2011, não será necessário a classificação das informações como sigilosa conforme referida lei.

5. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – *Campus* Boa Vista Zona Oeste (IFRR-CBVZO) está localizado na Rua Prof. Nonato Chacon, Nº 1.976, Bairro Laura Moreira (Conjunto Cidadão) Boa Vista – RR atende a população da Zona Oeste da Capital Boa Vista/RR, visando promover o desenvolvimento da região e a inclusão das comunidades, na qual é a mais afastada do centro da cidade e com o maior índices de vulnerabilidade social.

Implantado no dia 05 de outubro de 2013, o IFRR-CBVZO já tem 05 (cinco) anos de funcionamento e no ano letivo de 2018 teve a primeira etapa da sede em fase concluída e segue no processo de instalação no bairro Laura Moreira. No ano letivo de 2019 IFRR-CBVZO atende cerca de 332 (trezentos e trinta e dois) discentes, com faixa etária de 14 a 18 anos, estudando em horário integral, ou seja, esses adolescentes passam o dia inteiro nas instalações do IFRR-CBVZO.

Atualmente, o IFRR-CBVZO não dispõe de nenhum ambiente didático para prática esportiva. Para realização das atividades esportivas, tentou-se fechar parcerias com *Campus* Boa Vista Centro (13km), Vila Olímpica (4,5km) e outras Unidades de Ensino da adjacentes, no entanto, os horários disponibilizados não eram compatíveis, pois essas Instituições também possuem suas demandas nos horário diurno, ficando disponível apenas o horário noturno.

Vale ressaltar que o IFRR-CBVZO não possui transporte coletivo para deslocar seus discentes, dependendo do *Campus* Boa Vista – Centro (CBV) para realização de suas atividades externas. Dessa forma, a construção de 01 (uma) quadra de areia visa dar condições para a prática de diversas modalidades de esportes nas instalações desta Unidade de Ensino, proporcionando assim o direito, aos discentes devidamente matriculados no IFRR-CBVZO, seu próprio local, seguro e agradável para a prática de esportes.

As atividades desenvolvidas pelos discentes do *Campus* Boa Vista Zona Oeste são realizadas de forma improvisada, deixando assim, muitas vezes, nossos discentes desassistidos por falta de local apropriado para realização de atividades esportivas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA – *CAMPUS* BOA VISTA ZONA OESTE

Embasados no artigo Nº 59 da Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) que diz:

Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Dessa forma, o *Campus* Boa Vista Zona Oeste tem o compromisso em ter ambientes didáticos que possa proporcionar melhorias no acesso a práticas esportivas e recreativas contribuindo para o desenvolvimento integral de nossos discentes, na formação da cidadania, estimulando a prática esportiva através de um ambiente adequado.

A construção da quadra de areia ofertará maior qualidade de vida aos discentes e servidores do *Campus* Boa Vista Zona Oeste, que terão um local apropriado para realizar suas atividades esportivas e concomitantemente conduzirá aos usuários (discentes e servidores) uma melhoria na saúde, agregando benefícios aos servidores e a possibilidade de envolver os discentes em atividades esportivas e de lazer, intencionando assim afastá-los das drogas, violência e marginalidade.

Portanto, o objetivo da construção de 01 (uma) quadra de areia é fazer com que os discentes e servidores tenham um lugar adequado para praticar diversas modalidades de esporte, provendo assim a recreação e a formação esportiva.

6. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO DO IFRR

A presente demanda está prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 e no Plano Diretor de Obras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Além disso, a contratação foi prevista no Plano Anual de Trabalho (PAT) do exercício de 2019 do *Campus* Boa Vista Zona Oeste. Estando assim presente no Macro Projeto Institucional 5.3 – Gestão de Obras Civas, Objetivo Estratégico: 4. Garantir infraestrutura física adequada e sustentável às necessidades educacionais e administrativas, Meta 5.3.1: Executar 26,6% das obras e serviços de engenharia previstos no Plano Diretor de Obras.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1 REQUISITOS NECESSÁRIOS AO ATENDIMENTO DA NECESSIDADE

Para que o serviço seja satisfatoriamente contratado e corretamente executado, faz-se necessário a exigência de requisitos mínimos de qualificação técnica a ser apresentado pela empresa que prestará o serviço objeto da contratação:



- Prova de inscrição ou registro da empresa e de seus responsáveis técnicos, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (Lei nº 5.194/66) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU (Lei nº 12.378/2010) da região, em plena validade, comprovando estar apta ao desempenho de atividades pertinentes e compatível com o objeto da presente contratação;
- Comprovação da empresa ter executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do distrito federal, ou ainda, para empresa privada, que não o próprio licitante (CNPJ diferente), serviço(s) relativo(s) à prestação de serviço(s) compatível(eis) com o objeto da presente licitação, acompanhada de Atestado de Capacidade Técnica, devidamente assinados;
- Comprovação da empresa de possuir em seu corpo técnico, ao menos 01 (um) profissional de Nível Superior com formação em Engenharia Civil, reconhecido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (Lei nº 5.194/66), detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do distrito federal, ou ainda, para empresa privada, que não o próprio licitante (CNPJ diferente), serviço(s) relativo(s) à prestação de serviço(s) compatível(eis) com o objeto da presente licitação.

7.2 SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA OU NÃO;

A prestação do serviço não possui natureza continuada, visto tratar de contratação para construção de alojamentos para atendimento do Câmpus Amajari, uma vez entregue a obra e atendidos todos os requisitos a obrigação da empresa se resumirá apenas em eventuais reparos decorrente da garantia da obra realizada.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

7.3 CRITERIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA – CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE

Deverão ser observados nas especificações dos serviços e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de obras e serviços de engenharia, visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, os seguintes critérios apresentados na Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI do MPOG :

- a) uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;
- b) automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;
- c) uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;
- d) energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;
- e) sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;
- f) sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;
- g) aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
- h) utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;
- i) quando for o caso, comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço;
- j) priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas.
- k) Elaborar, quando necessário, o Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC, nas condições determinadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, através da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, devendo ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes.

Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

- a) use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;



- b) adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- c) Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- d) forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- e) realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- f) realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- g) respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- h) preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999

7.4 DURAÇÃO INICIAL DO CONTRATO

A duração da vigência inicial do contrato deverá ser de 12 meses, considerando o prazo de execução previsto para conclusão dos serviços de aproximadamente 4 meses, prazo para o recebimento provisório e definitivo após a conclusão dos serviços de aproximadamente 4 meses, somando-se assim um prazo mínimo necessário superior a 8 meses.

7.5 TRANSIÇÃO CONTRATUAL COM TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO, TECNOLOGIA E TÉCNICAS EMPREGADAS:

Não se aplica ao serviço pleiteado, tendo em vista que não se trata de serviço continuado.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Será necessária contratação de pessoas jurídica para a construção de 01 (uma) quadra de areia para atender aos 332 (trezentos e trinta e dois) discentes devidamente matriculados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – *Campus* Boa Vista Zona Oeste IFRR e os



quantitativos de serviços serão estimados em planilha de orçamento a ser incluído nos autos do processo pelo setor técnico de engenharia.

9. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO A CONTRATAR

Solução 1: Firmar parcerias com outras Instituições Públicas.

Descrição: Para realização desta solução, o *Campus Boa Vista Zona Oeste* teria que firmar parcerias com outras Instituições que dispõe de quadra de areia e firmar/contratar os serviços de transporte coletivo para realizar o deslocamento dos discentes até a quadra de areia.

Solução 2: Contratação do serviço de locação de 01 (uma) quadra de areia.

Descrição: Para realização desta solução, o *Campus Boa Vista Zona Oeste* faria um contrato de aluguel de 01 (uma) de quadra de areia além de firmar/contratar os serviços de transporte coletivo para realizar o deslocamento os discente até a quadra de areia.

Solução 3: Construção de pessoas jurídica para construção de 01 (uma) quadra de areia

Descrição: Esta solução trata-se da construção de 01 (uma) quadra de areia, no qual visa dar condições para a prática de diversas modalidades de esportes nas instalações desta Unidade de Ensino, proporcionando assim, aos discentes devidamente matriculados no IFRR-CBVZO seu próprio para prática esportiva.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO A SER ADOTADA

Ao observar as soluções apresentadas, ponderando-se os encargos de cada uma delas, assim como os aspectos legais implícitos, entende-se como formato mais adequado o apresentado pela solução 3, que trata da contratação de pessoa jurídica para construção de uma quadra de areia no (IFRR-CBVZO).

Na solução 1 não se mostra viável, devido aos horários disponibilizados pelas demais Instituições Públicas não atenderem nossa demanda de funcionamento e o custo com o deslocamento dos discentes. Na solução 2 também seria inviável, considerando que a escassez dos nossos recursos que atualmente está totalmente comprometido com os contratos de serviços continuados vigentes.

Desse modo, a contratação de pessoa jurídica para construção de 01 (uma) quadra de areia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – *Campus Boa Vista Zona Oeste* visa proporcionar aos discentes devidamente matriculados no IFRR-CBVZO um local próprio, certo, seguro e agradável para a prática de esportes.



10. ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

O valor estimado pela Administração será realizado com base na metodologia trazida pelo Decreto Federal N.º 7.983/2013, utilizando-se como base os preços praticados nas tabelas de referência do SINAPI/CEF para o município de Boa Vista – RR. Demais serviços e insumos que não tiverem referência de preços no SINAPI, serão adotados a metodologia da Instrução Normativa n.º. 5 de 27 de junho de 2014, alterada pela Instrução Normativa n.º. 3 de 20 de abril de 2017.

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. O disposto, no entanto, não se aplica ao referido caso, sendo necessário a construção total dos alojamentos em um só item, a ser realizado pela mesma empresa contratada.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação almejam-se os seguintes resultados:

- Ter um local apropriado para praticar de esporte e recreação;
- Desenvolver atividades que ajuda a relaxar e a diminuir a ansiedade;
- Ajudar os discentes e servidores a reduzir o estresse através do esporte;
- Aperfeiçoar a coordenação motora dos discentes e servidores
- Envolver os discentes em atividades esportivas e de lazer, intencionando assim afastá-los das drogas, violência e marginalidade.

13. ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Devem ser observados os seguintes requisitos pela Administração, para efetiva execução dos serviços:

- Permitir que os serviços sejam executados dentro e fora do horário de funcionamento do órgão. Desta forma, sendo favorecida a celeridade no andamento da contratação e dando liberdade de horários de trabalho para a empresa prestadora do serviço.
- Indicar um servidor com conhecimentos para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução da obra. Assegurando que sejam realizadas visitas constantes ao local de realização



dos serviços.

- Capacitação de servidores, em especial os que lidarão com a gestão e fiscalização do contrato, adequando seus conhecimentos a eventuais mudanças de mercado e formas de prestação dos serviços, assegurando assim o efetivo acompanhamento da realização do objeto contratado e obediência às normas e legislação vigente.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a inviabilidade da contratação desta demanda.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Com base nos elementos anteriormente apresentados no presente documento de Estudos Preliminares realizados por esta Equipe de Planejamento, DECLARAMOS ser viável a contratação pretendida pela Administração do ponto de vista técnico e gerencial do contrato, bem como a viabilidade econômico-financeira.

16. MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

É responsável pela elaboração do presente documento que materializa os Estudos Preliminares da presente contratação o(s) seguinte (s) servidor (es):

Boa Vista – RR, 11 de abril de 2019.

NOME: Marta Sabrina Mota
SIAPE: 2108772
CARGO: Diretora de Administração e Planejamento Em Exercício
E-MAIL: dap.cbvzo@ifrr.edu.br

NOME: Núbia Marinho Soares
SIAPE: 2109308
CARGO: Técnico Edificações
E-mail: deteo@ifrr.edu.br